



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Territórios, questão agrária e colapso ambiental

“Nem a fé tem paz!”: Conflito ambiental envolvendo o Porto Central e o Santuário das Neves, em Presidente Kennedy/ES

Pedro Araújo Vieira Sarmet Moreira Smiderle¹

Ednilson Gomes de Souza Junior²

Simonne Teixeira³

Resumo: Em um contexto de crise ambiental, este trabalho versa sobre o conflito ambiental em torno da construção do Porto Central na Festa de Nossa Senhora das Neves, ambos em Presidente Kennedy/ES. A festa, realizada em um santuário do período jesuítico, consiste em um grande evento religioso que reúne romeiros de diversos municípios da região. Estando o santuário cercado pela área do porto, os grupos que se engajaram no conflito contra o Porto Central foram a Diocese de Cachoeiro de Itapemirim e os ativistas da Campanha Nem Um Poço a Mais e das ONGs FASE e REDI, enfatizando a sacralidade daquele espaço e pondo em questão a durabilidade da festa no caso da instalação do porto. Conclui-se que ocorre uma disputa simbólica pela legitimidade da apropriação material do território.

Palavras-chave: conflito ambiental; Santuário das Neves; Porto Central; Presidente Kennedy.

“Not even faith has peace!”: Environmental conflict involving the Porto Central and the Santuário das Neves in Presidente Kennedy, Espírito Santo (Brazil)

Abstract: In a context of environmental crisis, this paper examines the environmental conflict surrounding the construction of Porto Central and the Feast of Our Lady of the Snows, both in Presidente Kennedy, Espírito Santo, Brazil. The feast, held at a Jesuit-era sanctuary, is a major religious event that attracts pilgrims from several municipalities in the region. As the sanctuary is surrounded by the port area, groups opposing Porto Central—including the Diocese of Cachoeiro de Itapemirim, activists from the “Nem Um Poço a Mais” campaign, and the NGOs FASE and REDI—emphasize the sacredness of the site and question the festival’s continuity if the port is built. The study concludes that a symbolic dispute exists over the legitimacy of material territorial appropriation.

Keywords: environmental conflict; Santuário das Neves; Central Port; President Kennedy.

1. Introdução

A intensificação dos conflitos ambientais na América Latina nas últimas décadas está diretamente associada à expansão das fronteiras do capital sobre territórios historicamente ocupados por populações locais. Segundo Svampa (2019), no contexto

¹ Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense. p_smiderle@id.uff.br.

² Doutor em Políticas Sociais, pesquisador de Pós-doutorado junto ao PPG em Políticas Sociais da Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro. ednilson.gomes@yahoo.com.br.

³ Doutora em Filosofia e Letras, professora PPG em Políticas Sociais da Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro. simonne@uenf.br.

do chamado neoextrativismo, observa-se a ampliação de projetos voltados à exploração intensiva de recursos naturais, frequentemente articulados às demandas do mercado global por commodities. A autora afirma que esse processo não apenas aprofunda a dependência econômica, como também produz novas formas de desigualdade e conflitos territoriais, ao impor uma lógica de apropriação que entra em choque com outras racionalidades de uso do território.

Esses conflitos incidem de maneira mais intensa sobre populações socialmente vulnerabilizadas, como comunidades tradicionais, pescadores artesanais, quilombolas agricultores familiares e grupos periféricos, que dependem diretamente dos recursos naturais para sua reprodução social (Acselrad, 2004; Martínez Alier; 2017). Nesse sentido, a literatura sobre justiça ambiental tem evidenciado que os impactos ambientais são distribuídos de forma desigual, recaindo de maneira desproporcional sobre grupos com menor poder político e econômico. Conforme Acselrad, Mello e Bezerra (2009), a noção de injustiça ambiental emerge justamente para denunciar esse padrão, no qual determinados segmentos sociais são sistematicamente expostos a riscos e danos ambientais em função de sua posição na estrutura social.

No campo analítico, Acselrad (2004) afirma que esses conflitos emergem quando há ruptura ou incompatibilidade entre projetos sociais distintos que disputam o uso e o significado dos recursos ambientais. O autor propõe duas categorias analíticas: a apropriação material, que se refere ao controle direto sobre os recursos naturais e os meios de produção, envolvendo disputas por terra, água e outros bens ambientais, e a apropriação simbólica, que diz respeito aos significados, valores e representações associados ao território, incorporando dimensões culturais, identitárias e religiosas. A articulação entre essas duas dimensões permite compreender como os conflitos ambientais extrapolam a esfera econômica, envolvendo disputas sobre sentidos, pertencimentos e modos de vida.

Souza Junior e Teixeira (2024) sugerem que os conflitos envolvendo os aspectos culturais, como as manifestações religiosas, recebem menos atenção em processos de licenciamento ambiental. Os autores analisaram o licenciamento da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Saltinho do Itabapoana, prevista para ser construída no rio Itabapoana, no noroeste fluminense, e identificaram evidências de que a dimensão cultural, representada pela memória do milagre do “Padre Preto”, foi sistematicamente

invisibilizada nos estudos ambientais. Essa omissão, segundo os autores, não é apenas uma lacuna metodológica, mas pode estar relacionada a estratégias de simplificação ou mesmo de seleção de informações por parte dos empreendedores, visando reduzir entraves e facilitar a aprovação do empreendimento. Nesses casos, o licenciamento ambiental tende a privilegiar dimensões mais facilmente mensuráveis, como deslocamento populacional e impactos econômicos, em detrimento de aspectos culturais que permanecem invisibilizados.

É nesse contexto que se insere o conflito envolvendo o Porto Central e o Santuário de Nossa Senhora das Neves, no município de Presidente Kennedy, no sul do Espírito Santo. A implantação do empreendimento portuário, associada à expansão das infraestruturas logísticas no litoral sul capixaba, tem gerado tensões com práticas religiosas e formas de uso do território vinculadas ao santuário, espaço de forte significado cultural e espiritual para a população local.

Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo analisar o conflito entre o Porto Central e o Santuário das Neves à luz do referencial teórico dos conflitos ambientais, com ênfase na categoria de apropriação simbólica do território, além da caracterização dos principais atores envolvidos no conflito. A metodologia adotada é qualitativa e documental, realizada com base na leitura do Estudo de Impacto Ambiental do Porto Central, reportagens e notícias sobre a Festa das Neves e análise de outras mídias, tais como redes sociais e documentários.

2. Desenvolvimento

O Santuário de Nossa Senhora das Neves, localizado no extremo sul capixaba, no município de Presidente Kennedy, é testemunho material da presença jesuítica na região entre os séculos XVII e XVIII. Liderados pelo Pe. Almada, se estabeleceram na região próxima a um dos afluentes do rio Itabapoana, que batizaram de rio Muribeca, e construíram a igreja, cujos registros datam de 1694 (CEC-SECULT-ES, 2009). Dada a sua importância histórica, o santuário foi tombado em 2008 como Patrimônio Histórico do estado do Espírito Santo (SECUT-ES, 2023) e está em processo de instrução para tombamento pelo IPHAN (IPHAN, 2025).

Além da relevância histórico-arquitetônica, o Santuário das Neves também é palco da segunda maior festividade religiosa do estado do Espírito Santo, a Festa de Nossa Senhora das Neves (Figura 1), celebrada no dia 5 de agosto. A festividade tem cerca de 275 anos de história e reúne milhares de fiéis durante a sua realização. De acordo com a Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy (PMPK), a estimativa de participantes da 275ª Festa das Neves foi de 71 mil pessoas entre os dias 3, 4 e 5 de agosto de 2025 (PMPK, 2025).

Figura 1 – Celebração da Festa de Nossa Senhora das Neves



Fonte: PMPK (2022) Prix (2017); Kennedy em Dia (2023); Dia a Dia ES (2024)

Mesmo com tamanha relevância, a igreja e a celebração têm sido ameaçadas pela construção do Porto Central, um megacomplexo industrial que, além de atender as atividades do petróleo e gás e da indústria offshore, servirá aos setores agrícola e da mineração, movimentando cargas variadas, tais como veículos, produtos siderúrgicos, coque de petróleo para cimenteiras, soja e fertilizantes, carvão, GNL, rochas ornamentais, dentre outros (Econservation, 2013). O empreendimento, que tem um investimento inicial de cerca de R\$ 4 bilhões, começou a ser construído em 2025 e vai ocupar cerca de 2 mil hectares, além de uma área de quase 7 mil hectares para implantação de um distrito industrial (Repórter Brasil, 2020; Folha Vitória, 2023).

A razão da ameaça se deve à posição do Santuário das Neves em relação ao Porto Central, como pode ser observado nos mapas abaixo (Figura 2). A construção do porto promoverá uma profunda reconfiguração no território, impactando diretamente o Santuário, que ficará cercado pela infraestrutura portuária e industrial (ver círculo vermelho na Figura 2).

Figura 2 – Projeto do Porto Central e localização do Santuário das Neves



Fonte: Elaborado pelos autores, com base em Econservation (2013)

O projeto, que já atua no território desde 2006, por meio da aquisição de terras de pequenos produtores, recebeu do Ibama a Licença de Instalação em maio de 2023. Entretanto, apesar do Termo de Referência conter um ofício do IPHAN (2012) exigindo um estudo específico dos possíveis impactos ao santuário, verifica-se no EIA do Porto Central um apagamento do santuário e da festa. No capítulo de Diagnóstico e Prognóstico Ambiental, a igreja aparece apenas enquanto ponto de referência na paisagem ou atrativo turístico, este segundo atributo referenciado também no capítulo de Análise Integrada; o capítulo de Avaliação de Impactos Ambientais se limita a mencionar a substituição da

via de acesso ao santuário e o aterro de 4,5m da área do empreendimento, de forma contígua à área da igreja (Econservation, 2013).

No que diz respeito ao âmbito do conflito ambiental, é possível remontar mobilização contrária à construção do Porto Central desde pelo menos 2021, embora com mobilização de fiéis e ativistas reduzida pela pandemia de Covid-19, em que ativistas da Campanha Nem Um Poço a Mais levantaram cartazes para alertar os romeiros sobre os futuros problemas decorrentes da construção e instalação do porto. Para além dos ativistas, a preocupação se estende também à diocese de Cachoeiro de Itapemirim, com manifestações contrárias ao empreendimento do bispo diocesano, D. Luiz Fernando Lisboa e um alerta sobre os problemas de inundação do santuário que a construção do porto trará (Taveira, 2021).

Em 2022, foi feito o VII Seminário Nacional da Campanha Nem Um Poço a Mais nos municípios Presidente Kennedy/ES e Piúma/ES, em virtude das preocupações advindas do então iminente início da construção do Porto Central, além de manifestações nos arredores do santuário durante a 272ª edição da Festa de Nossa Senhora das Neves. Nos atos realizados durante a festividade, os ativistas novamente buscaram informar os romeiros sobre os impactos do porto, e constataram níveis elevados de desconhecimento acerca do empreendimento, que se desdobrava em preocupação com a viabilidade da continuidade do evento religioso após a instalação do porto. Conforme relato de Daniela Meireles, educadora da Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE) “Nos surpreendemos como muitos não sabiam desse projeto. Ao conversar com as pessoas, principalmente com os romeiros, manifestaram grande indignação, porque se o projeto se instalar, a Romaria das Neves ficará inviável” (Couzemenco, 2022).

Em 2023, os ativistas da Campanha Nem Um Poço a Mais lançaram um abaixo-assinado, divulgando-o e alertando sobre os perigos do porto na Festa de Nossa Senhora das Neves daquele ano. Mais uma vez os romeiros demonstraram desconhecimento sobre o andamento do empreendimento, demonstrando preocupação ao ficarem sabendo. De acordo com a FASE, o abaixo-assinado foi protocolado ao Governo do Estado do Espírito Santo, contando com mais de 25 mil assinaturas (Couzemenco, 2023, Gobbo, 2024).

Entretanto, apesar da recepção sensível do abaixo-assinado, houve alguma resistência às atividades de protesto contra a construção do Porto Central, conforme relata o então vice-coordenador da ONG Restauração e Ecodesenvolvimento da Bacia

Hidrográfica do Rio Itabapoana (REDI), Carlos Freitas:

Nós colocamos nossos cartazes, cruzes e velas no mesmo lugar do ano passado e uma pessoa começou a retirar tudo. Quando questionei, vi que é um líder comunitário de Jaqueira, em Presidente Kennedy. Ele não aceitou a nossa manifestação. Então nós fizemos o protesto segurando as velas e cruzes ao invés de deixá-las no chão (Couzemenco, 2023).

Figura 3 – Manifestações contrárias ao Porto Central



Fonte: Século Diário (2022, 2023, 2025)

Em 2024, as mobilizações envolveram as ONGs FASE e REDI, ligadas à Campanha Nem Um Poço a Mais, e entidades da Igreja Católica, como a Comissão de Justiça e Paz (CJP) e a Pastoral da Ecologia Integral, em uma articulação entre as dioceses de Cachoeiro de Itapemirim e de Campos, com a continuidade da coleta de assinaturas para o abaixo-assinado da Campanha Nem Um Poço a Mais. Os ativistas contrários à instalação do Porto Central argumentaram a vulnerabilidade à inundação do santuário que a construção do porto poderá trazer, além de impactos ambientais e sociais, como supressão da vegetação nativa, impactos na pesca, inchaço populacional, aumento

da violência de gênero, além de traçar paralelos entre os efeitos ocorridos com a construção e operação do Porto do Açu com os futuros impactos do Porto Central, caso seja de fato construído (Gobbo, 2024).

Em 2025, foi feita uma pedalada partindo no dia 3 de agosto de Cariacica, e passando pelos municípios de Guarapari, Anchieta, Piúma, Marataízes e chegando a Presidente Kennedy no dia 5 de agosto, durante a 275ª edição da Festa de Nossa Senhora das Neves, tendo sido organizada pelo Instituto Social Capixaba, pelo Cineclube Ambiental, pela diocese de Cachoeiro de Itapemirim, pela CJP, pela Pastoral da Ecologia Integral, pela FASE, pelo Observatório Internacional do Petróleo (IOAT) e pela REDI (Friedrich, 2025).

Durante a homilia da missa solene, no principal dia da festa, o bispo D. Luiz Fernando Lisboa, da diocese de Cachoeiro de Itapemirim, expressou oposição pública ao porto, mantendo a postura que se viu nas edições anteriores da festividade: “A implantação do Porto Central não pode – e não deve – isolar este templo, símbolo da fé do povo do sul do Espírito Santo e do norte do Rio de Janeiro”. O bispo da diocese de Campos, D. Roberto Francisco Ferrería Paz, mandou uma carta em solidariedade, lida durante a festa, em que expressa preocupação com o avanço da realização do Porto Central, e com o avanço de grandes empreendimentos causadores de impactos socioambientais em outros lugares e de outros ramos (Friedrich, 2025):

Unidos pela alegria de festejar a mãe, esperança nos humildes e pequenos, manifestamos nossa solidariedade e comunhão plena, na defesa da integridade desse precioso santuário, ameaçado seriamente pelo projeto do Porto Central. Ao mesmo tempo, denunciaremos outros tantos projetos ligados à mineração de alto-mar e à exploração petrolífera, que atingirão em cheio as populações ribeirinhas, pescadoras e cidades litorâneas, alterando profundamente a biota marítima, o acesso às praias e o próprio direito de habitar e ser cidade.

Verifica-se portanto a ocorrência do que Acselrad (2004) entende como uma disputa simbólica pela apropriação material daquele território, na medida em que os agentes do conflito ambiental contra o porto, a Diocese de Cachoeiro de Itapemirim e os ativistas da Campanha Nem Um Poço a Mais e das ONGs FASE e REDI, reforçam discursivamente o caráter sagrado daquele espaço, historicamente ocupado e significado pelo Santuário e pela Festa de Nossa Senhora das Neves, sendo portanto imperativa a preservação dessa manifestação religiosa, em oposição ao Porto Central, retratado como um agente completamente alheio às significações locais do território e fonte de uma

interatividade que põe em risco a durabilidade das formas simbólicas estabelecidas de apropriação do meio, vulnerabilizando o santuário a inundações e privatizando o espaço em que ocorre a Festa de Nossa Senhora das Neves.

3. Considerações Finais

Este artigo buscou analisar o conflito entre o Porto Central e o Santuário das Neves à luz do referencial teórico dos conflitos ambientais, com ênfase na categoria de apropriação simbólica do território e na caracterização dos principais atores envolvidos no conflito. As discussões aqui apresentadas pretendem contribuir para o debate sobre os limites dos instrumentos tradicionais de avaliação ambiental frente à complexidade dos conflitos ambientais contemporâneos, especialmente aqueles que envolvem patrimônios imateriais. Mais do que um caso isolado, o conflito envolvendo o Porto Central e o Santuário das Neves reflete tendências mais amplas associadas à expansão de grandes empreendimentos e à reconfiguração dos territórios costeiros, evidenciando a necessidade de abordagens mais atentas às múltiplas dimensões do ambiente e aos sujeitos que nele vivem.

Referências

ACSELRAD, Henri. **As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais**. In: ACSELRAD, Henri (org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

COUZEMENCO, Fernanda. **Porto Central: população local está pouco informada sobre impactos**. *Século Diário*, Vitória, 9 ago. 2022. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/meio-ambiente/porto-central-populacao-local-esta-pouco-informada-sobre-impactos/>. Acesso em: 4 mai. 2026.

COUZEMENCO, Fernanda. **Romeiros aderem a abaixo-assinado contra o Porto Central em Presidente Kennedy**. *Século Diário*, Vitória, 5 ago. 2023. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/meio-ambiente/romeiros-aderem-a-abaixo-assinado-contra-o-porto-central-em-presidente-kennedy/>. Acesso em: 1 mai. 2026.

DIA A DIA ES. **Santuário das Neves em Presidente Kennedy atrai milhares de fiéis**. 2024. Disponível em: <https://diaadiaes.com.br/santuario-das-neves-em-presidente-kennedy-atrai-milhares-de-fieis/>. Acesso em: 1 mai. 2026.

FRIEDRICH, Mariah. **Bispo alerta para lastro de destruição e ameaças do Porto Central**. Século Diário, Vitória, 6 ago. 2025. Meio Ambiente. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/meio-ambiente/bispo-alerta-para-lastro-de-destruicao-e-ameacas-do-porto-central/>. Acesso em: 1 mai. 2026.

GOBBO, Eliane Dal. **Abaixo-assinado contra Porto Central é protocolado no Governo do Estado**. Século Diário, Vitória, 29 nov. 2024. Meio Ambiente. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/meio-ambiente/abaixo-assinado-contra-porto-central-e-protocolado-no-governo-do-estado/>. Acesso em: 4 mai. 2026.

KENNEDY EM DIA. **Festa de Nossa Senhora das Neves atrai milhares de devotos neste 5 de agosto**. 2023. Disponível em: <https://kennedyemdia.com.br/noticia/2804/festa-de-nossa-senhora-das-neves-atrai-milhares-de-devotos-neste-5-de-agosto>. Acesso em: 1 mai. 2026.

MARTÍNEZ ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

PRIX. **Festa de Nossa Senhora das Neves**. 2017. Disponível em: <https://prix.com.br/noticias/festa-de-nossa-senhora-das-neves/>. Acesso em: 1 mai. 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY (PMPK). **Tradicional Festa das Neves começa neste domingo (31) em Presidente Kennedy**. 2022. Disponível em: <https://presidentekennedy.es.gov.br/noticia/3025>. Acesso em: 1 mai. 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY. **Festa de Nossa Senhora das Neves 2025 reúne mais de 71 mil pessoas em três dias e consolida título de segunda maior festa religiosa do Espírito Santo**. 6 ago. 2025. Disponível em: <https://presidentekennedy.es.gov.br/noticia/3315>. Acesso em: 1 mai. 2026.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências**. São Paulo: Elefante, 2019.

SOUZA JUNIOR, Ednilson Gomes de; TEIXEIRA, Simonne. **Apagamento do patrimônio cultural no processo de avaliação de impacto ambiental: análise da memória do “Padre Preto”**. Revista CS, n. 45, 2024. DOI: <https://doi.org/10.18046/recs.i45.01>.

TAVEIRA, Vitor. **Santuário enclausurado?** Século Diário, Vitória, 7 ago. 2021. Direitos. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/direitos/santuario-enclausurado/>. Acesso em: 1 de mai. 2026.